

“MIUNÇA” E CAPRINOCULTURA: ENTRELAÇAMENTO DE LÓGICAS SOCIAIS DA PECUÁRIA CAPRINA E O PAA/LEITE NO CARIRI PARAIBANO¹

Valdênio Freitas Meneses

RESUMO

O artigo propõe debater estratégias de famílias de caprinocultores cadastradas como produtoras no Programa de Aquisição de Alimentos/Leite (PAA/Leite) no Cariri paraibano. Essas estratégias são construídas para conseguir colocar uma quantidade maior de leite nas usinas através da adoção de um sistema de cotas que implica na conquista de um valor acima do mercado para o leite de cabras produzido nas compras governamentais para o referido programa. Através da abordagem socioantropológica do desenvolvimento, pode-se notar nesse cenário empírico um conflituoso entrelaçamento de distintas lógicas sociais para a caprinocultura de leite dentro de uma política de mercado institucional. Considerada apenas como negócio e oportunidade de empreendedorismo por técnicos e gestores das usinas, a caprinocultura de leite também é vetor de relações de troca não necessariamente monetárias que envolvem parentes, vizinhos e amigos na região do Cariri paraibano, remetendo a um universo de práticas sociais que, de modo oculto, faz parte do próprio funcionamento do referido programa.

Palavras-chave: PAA/Leite; Caprinocultural; Socioantropologia do Desenvolvimento; Entrelaçamento de Lógicas Sociais.

THE ENTANGLEMENT OF SOCIAL LOGICS IN THE GOAT-BREEDING AND THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (FAP-MILK) IN THE STATE OF PARAIBA, BRAZIL

ABSTRACT

The article proposes to discuss strategies of goat-breeding farmers families registered as producers in Food Acquisition Program/Milk (FAP/Milk) in the State of Paraiba, Brazil. Those strategies are built to be able to put a larger amount of milk in plants by adopting a quota system which implies in conquering prices above market value for the goat milk produced in the government program above mentioned. Through socio-anthropological approach to development, it may be noted a conflicting interweaving of different social logic in the milk goat-breeding within an institutional market policy. Considered only as business and entrepreneurship opportunities for technicians and managers of plants, milk goat-breeding also implies in exchange of relations vectors not necessarily monetary involving relatives, neighbors and friends in the State of Paraiba, referred to a universe of social practices in an hidden mode, being part of the functioning of the mentioned Program.

Key words: FAP/Milk; Goat-breeding; Socio-anthropology of Development, Interweaving Social Logics.

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: valdeniofmeneses@hotmail.com e valdeniofmeneses@gmail.com.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada durante o IX Congresso Latino Americano de Sociologia Rural da América Latina (ALASRU), realizado na Cidade do México, entre os dias 6 a 10 de outubro de 2014.

INTRODUÇÃO

Mais do que meros contratempos burocráticos, conflitos que envolvem regulamentos e normas ligados às ações de uma política pública podem ser interessantes para notar quais relações sociais concorrentes envolvem os quadros de instituições que se assumem como promotoras de mudanças sociais e seus – assim nomeados - beneficiários ou “público-alvo”. Uma oportunidade para levantar esse debate surge através da polêmica em torno de um sistema de cotas estabelecido pelo Programa do Leite da Paraíba: um convênio entre governo estadual e federal ligado a uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Leite) do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome (MDS). Resultado de debates sobre segurança alimentar e agricultura familiar acumulados desde a década de 1990 e criado pela lei nº 10.696 em 2003, o PAA possui estratégia de criação de mercados institucionais para compra de uma parte da produção agrícola e pecuária de agricultores familiares com a condição de que estes sejam ligados a alguma associação e cadastrados, através da Declaração de Aptidão (DAP), nas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, garantindo uma política de garantia de preços mínimos para produção familiar, o PAA também abastece demandas de auxílio a famílias em situação de insegurança alimentar e também ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Delgado 2005).

As cotas limite para a compra de leite, estabelecidas através de um Comitê Gestor do PAA, são calculadas a partir do montante de recursos do PRONAF por família cadastrada e o preço do litro de leite de cabra definido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Estabelecido o preço, o controle da cota se dá em um elo burocrático que envolve as associações de caprinocultores e usinas de beneficiamento de leite, que repassam os dados

para Fundação de Ação Comunitária (FAC), órgão do governo da Paraíba responsável pelo pagamento mensal das famílias cadastradas no Programa do Leite. Em 2015, a quantia máxima de litros de leite que podia ser comprada semestralmente de cada produção familiar era estipulada em 2340 litros, o que dava a quantia média de 13 litros/dia. Quando atinge essa cota semestral, o cadastro da família é “congelado”: o Programa faz um rodízio e a vaga que atingiu a cota é liberada para que novos cadastros sejam realizados.

A demanda por aumentar a cota do Programa do Leite tem sido tema constante em feiras agropecuárias, cursos de capacitação para assistência técnica, eventos acadêmicos e outras situações em que interagem um conjunto social heterogêneo ligado à pecuária caprina na Paraíba: presidentes e funcionários das associações e cooperativas de caprinocultores, gestores de usinas de beneficiamento de leite; médios e grandes criadores de caprinos interessados em escoar sua produção para o PAA, técnicos extensionistas de instituições como o SEBRAE, além de prefeitos, deputados, senadores e outras lideranças políticas. Desde a última década, representantes desses grupos buscam pressionar um aumento da cota, através de audiências, protestos e manifestos dirigidos ao Comitê Gestor do PAA em Brasília. As principais críticas dirigidas foram sintetizadas nas chamadas “Cartas do Leite”, enviadas desde 2005 aos ministros do MDS, onde se relata que é urgente aumentar as cotas já que, no caso do leite de cabra, diferente do de vaca, não há um mercado consumidor consolidado, sendo a produção quase que exclusivamente dirigida às compras governamentais. Essas reclamações contra as cotas também têm um argumento de viés “regionalista”: seria a falta de conhecimento do Comitê Gestor da “realidade” rural do semiárido nordestino, e que os “burocratas de Brasília” não entendem a vivência do “homem do campo no sertão”² e a importância, desde os anos

2 Falas selecionadas de uma entrevista feita com um dos coordenadores do PAA na Paraíba realizada em setembro de 2015.

1990, do “empreendedorismo de criar cabras de leite no nordeste seco”

Outro aspecto que acentua ainda mais a polêmica que envolve as cotas de leite emerge nos relatos dos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRS) do SEBRAE: que alguns agricultores familiares cadastrados no PAA “colocam leite na cota” de parentes e vizinhos. A postura corriqueira, tanto dos presidentes das associações e cooperativas como dos coordenadores estaduais do Programa, é de condenar esse tipo de práticas, qualificando-as de “falcatruas e malandrangens” e que são responsáveis pela ocorrência de “laranjas”³ dentro do Programa do Leite. Para estes que estão à frente das entidades representativas de caprinocultores, a “batalha” legítima para aumentar as cotas restringe-se a pressionar o Comitê Gestor do PAA, inclusive com apoio de políticos locais junto a chamadas na imprensa e processos na justiça.

Esses atritos em torno dessas normas de compras governamentais que estimulam ou constroem comportamentos trazem uma situação de pesquisa interessante dentro da proposta de uma socioantropologia do desenvolvimento proposta por Jean Pierre Olivier de Sardan (2001, p. 731), que busca compreender o entrelaçamento de práticas sociais entre os diferentes agentes sociais envolvidos em configurações de experts, políticos, cientistas e agentes de campo que acionam o termo “desenvolvimento”. A percepção⁴ de um entrelaçamento de lógicas e representações sociais que estão em um conflituoso movimento dentro do Programa do Leite, e que são acentuados na “batalha das cotas” permite levantar algumas questões sobre a relação das famílias cadastradas com as normas que definem o limite de compra dos litros de leite: como se dá essa prática “de colocar leite nas cotas entre vizinhos e parentes”? Sob quais racionalidades

os agricultores familiares direcionam as finalidades da pecuária caprina em sua propriedade? Porque as estratégias dos agricultores familiares para lidar com as cotas são vistas como ilegítimas? Como as famílias beneficiárias pensam e “usam” a pecuária caprina e como esses sentidos que dão a suas ações são dinamizados dentro do Programa do Leite? Essas questões demarcam o problema de pesquisa: mais que uma simples disputa por uma norma técnica, os conflitos em torno das cotas do PAA são arena de embates e entrelaçamentos entre diferentes estratégias, significados e classificações sociais sobre a pecuária caprina e isso influi no tabuleiro entre operadores e beneficiários envolvidos em uma política pública.

Delimitado esse problema de pesquisa, pude revisitar e acrescentar novos dados a um acúmulo de referências empíricas que estiveram inseridas em minha participação em projetos de iniciação científica (2009-2011) e na produção de uma dissertação de mestrado (2012-2014) sobre as disputas que envolviam elites políticas locais e associações de caprinocultores no Cariri Paraibano⁵. Dentre vários aprendizados, essa experiência acadêmica permitiu uma melhor compreensão da construção de políticas públicas de investimento e estímulo à pecuária caprina que movimentou tanto prefeituras, governos estaduais e pactos como Novo Cariri que firmou, desde 2000, um movimento de ressignificação para a atividade da pecuária de caprinos e ovinos na região do Cariri Paraibano (Meneses e Gomes, 2014). Contudo, apesar da polêmica sobre o Programa do Leite estar frequentemente na “ordem do dia” dos envolvidos com o mercado de leite de cabra, ainda não havíamos feito um exame mais aprofundado sobre o tema das cotas na nossa produção acadêmica sobre a caprinocultura no Cariri.

3 Trechos selecionados de entrevista com presidente da Cooperativa de Caprinocultores de Monteiro- PB (Meneses, 2014). Ao falar em “laranjas” os presidentes das associações citam uma investigação feita pela Polícia Federal em 2012 de fraudes no Programa do Leite. Ver: <http://oglobo.globo.com/brasil/nem-leite-das-criancas-escapa-das-fraudes-contra-programas-sociais-6632025>.

4 Isto é um caminho de análise diferente das abordagens de políticas públicas que enfatizam em desenhos institucionais e “agentes racionais maximizadores”.

5 Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e “politicagem” no Cariri Paraibano (Meneses, 2014).

Como abordar um tema conflituoso como esse das cotas interagindo justamente com aqueles grupos acusados de “burlar” as regras do jogo? Aqui descrevo alguns dos deslocamentos cotidianos da pesquisa de campo para tratar do assunto das cotas junto aos beneficiários do Programa do Leite. Pelas falas de alguns cadastrados no Programa – geralmente registradas no espaço físico das usinas e associações – havia uma plena concordância do argumento levantado pelos presidentes das associações que as cotas de leite precisavam ser aumentadas, mas quase sempre acompanhada a uma negação veemente de que “isso de burlar as cotas eles não faziam” ou que no máximo tinham “ouvido falar de alguns que fazem”. Foi preciso alguns deslocamentos metodológicos e da própria relação entre pesquisador e pesquisados para analisar essas disputas em torno das cotas do PAA para que, sem cair nos imediatismos e julgamentos negativos, pudesse se construir um quadro razoavelmente explicativo das estratégias dos agricultores familiares submetidos a essa norma técnica do Programa do Leite. Nesse sentido, foi fundamental a leitura de trabalhos como os de James Scott (1990) para “seguir” os rastros e “costurar retalhos” do que poderia ser um tipo de discurso oculto que legitimava estratégias dos agricultores familiares diante de um regulamento que impunha a estes uma cota limite para vender a sua produção leiteira. Outra evidência era de que esse fluxo de práticas e discursos não apenas se moviam à “sombra”, mas que também utilizavam de alguma maneira as regras oficiais de cadastramento do PAA. Em suma, comecei a considerar que haviam regiões de “bastidores”⁶ em que valores sociais para pecuária caprina e relações entre as famílias dos beneficiários destoavam da “pureza” daqueles da pecuária caprina e empreendedorismo propagados pelo SEBRAE, associações e toda configuração desenvolvimentista

no Cariri. Com essas apostas de pesquisa, a questão era como tentar captar e acessar alguns aspectos da vivência cotidiana dos agricultores familiares com as cotas de leite que fosse além das falas que montavam a “fachada” sobre o ato de “jogar leite na DAP dos outros” – ocultamento compreensível diante da constante reprovação e criminalização levantadas nas reuniões das associações e usinas.

Dessa maneira, com pequenas, mas significativas mudanças na estratégia de interação entre pesquisador e pesquisados, principalmente nas atividades de campo entre maio e agosto de 2013, começaram a ser trabalhados elementos novos para a pesquisa. Mudar a escolha dos locais e momentos para fazer entrevistas⁷ para falar sobre o assunto da cota foi importante: ao invés de privilegiar o momento que os agricultores “colocavam o leite” ou se reuniam nas usinas, associações e cooperativas passei a acompanhar alguns agricultores na ida às feiras para negociar caprinos ou visitá-los nas suas moradias e dispende um maior tempo para dialogar. Outra premissa foi ir às famílias cadastradas no PAA sem a intermediação de nenhuma pessoa que pudesse ser ligada às associações ou ADRS ligado ao SEBRAE. Por fim, um fator pessoal e também crucial: meus laços de parentesco e proximidade com pessoas de municípios do Cariri. Isso permitiu que houvesse menor grau de desconfiança para que alguns “pais e mães de família” cadastrados no PAA explicassem como “colocam leite na DAP dos outros”. Foi o caso de dois agricultores familiares criadores de “cabras de leite” de São Sebastião do Umbuzeiro – PB, cidade natal dos meus pais e avós. Um destes dois permitiu, inclusive, gravar entrevista. Ficam aqui os agradecimentos “ocultos”, já que seus nomes e das suas propriedades, assim como o dos outros citados, foram trocados por pseudônimos no momento da discussão dos dados.

6 Aqui me baseio na leitura de Erving Goffman (2006) que utiliza termos teatrais para compreender o controle de impressões face-a-face durante as interações sociais. Termos como “fachada” e “bastidores” são utilizados para indicar uma série de situações, gestos, falas que são seletivamente evitados em certas interações e cenários.

7 Sem cair na linguagem de manuais, a leitura do livro *Vozes do Bolsa Família* de Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2014) fornece valiosas sugestões metodológicas e práticas para fazer entrevistas com beneficiários de políticas públicas de combate a pobreza.

Foi através dessas reorientações – que foram gradativas segundo as interações no campo de pesquisa e não ideias que surgiram de forma espontânea – que foi possível tornar um pouco mais sensível meus ouvidos, olhares e escrita pra algo que estava oculto no discursos “legítimos” contra as cotas do Programa do Leite. Assim, este artigo pode contribuir de alguma forma para entender as estratégias de segmentos sociais socialmente ligados à agricultura familiar submetidos as normas de uma política de mercados institucionais, como o PAA-Leite. Outro ponto importante é captar um momento de transformação de valores, significados e classificações sociais relativos à pecuária de caprinos e ovinos – recentemente valorizada pelas elites intelectuais, fundiárias e políticas da região Nordeste. Justamente aquela que recebia a pecha negativa de “pecuária dos pobres”, pouco lucrativa, é objeto dinamizador de um rico universo em que circulam a produção econômica familiar e suas decisões coletivas junto a trocas sociais entre parentesco e a vizinhança, ao menos nas populações rurais do Cariri Paraibano.

A partir daqui o artigo se divide em três partes: na primeira é discutida a formulação do sistema de cotas no PAA/Leite e as críticas dirigidas a este. As polêmicas em torno das cotas são divididas em dois argumentos: a crítica de que as cotas são baixas e que não têm viabilidade técnica, que partem das associações e cooperativas e gestores de usinas e também o que se pode chamar de uma crítica populista encabeçada por acadêmicos e intelectuais. Considerando que nenhuma dessas críticas às cotas legitima as estratégias dos segmentos cadastrados no PAA/Leite, o artigo abre uma segunda parte em que analisa as particularidades do caso de quatro famílias que produzem leite de cabra para vender ao Programa. Na terceira parte é debatido o entrelaçamento de lógicas sociais dentro do PAA/Leite: a relação do parentesco e o cadastro no PAA, através das DAPs junto a classificações sociais para a pecuária caprina.

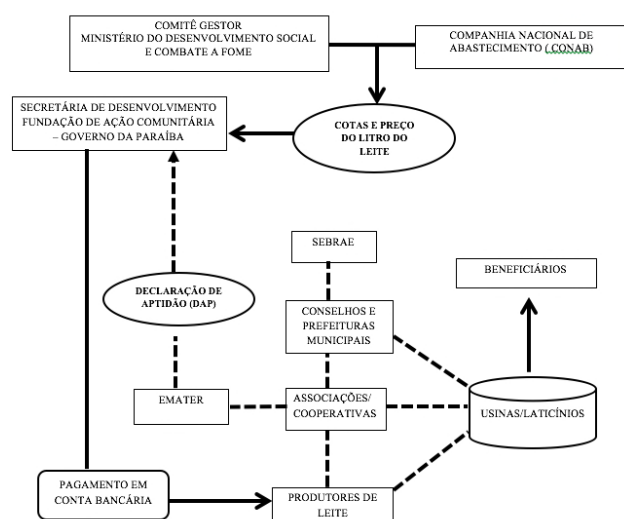
1. AS CRÍTICAS TÉCNICAS E POPULISTAS ÀS COTAS DO PAA LEITE

O Programa do Leite pode ser apontado como um dos principais responsáveis por uma forte adesão, na última década, à atividade da pecuária caprina no Cariri Paraibano. A política de compras governamentais ajudou a construir um lugar comum de que há uma vocação regional para pecuária caprina intensificada em discursos de políticos (como o ex-prefeito de Monteiro e deputado estadual Carlos Batinga) e nas publicidades de instituições, como o Sebrae (1999, 2003, 2007). Assim, a pecuária de pequenos ruminantes foi sendo revestida pelo conceito de desenvolvimento para uma vocação regional e caririzeira para “caprinovinocultura” (Meneses e Gomes, 2014). Toda essa valorização pode ser demarcada quantitativamente por aumentos expressivos tanto no rebanho como na produção leiteira de origem caprina. Através da Pesquisa Pecuária Municipal nota-se que no período entre 1998-2010, há um salto no efetivo de rebanho caprino na região do Cariri Paraibano. Diferente das tendências da pecuária bovina, o rebanho caprino não diminuiu e ficou na faixa de 20000 a 23000 cabeças particularmente em dois biênios (2005-2006; 2009-2010). O resultado de “apostas” desenvolvimentistas na pecuária caprina também pode ser visto na produção leiteira. Na segunda metade da década de 2000, apenas a microrregião do Cariri Ocidental Paraibano contava com um total de 3% da produção nacional (IBGE, 2006). Vale destacar que essa mesma região da Paraíba tinha 97% de sua produção de leite de cabra feita por agricultores familiares. Nenhuma outra atividade agrícola ou pecuária movimentou mais operações do Pronaf (B) (Agroamigo) entre 2000-2010 na região do Cariri: apenas a produção de leite de cabra foi responsável por 30,06% da movimentação do Pronaf, segundo dados da agência do BNB na região do Cariri (Meneses; Gomes, 2010). Outro dado é que a existência desse mercado de compras governamentais é apontado por Favareto et al (2011, p. 24) co-

mo um dos fatores específicos e locais – além da ampliação da previdência social e de uma rede de programas de transferência de renda em todo Brasil – que contribuíram para as melhoras acima da média nacional nos indicadores de desenvolvimento humano na região do Cariri Paraibano.

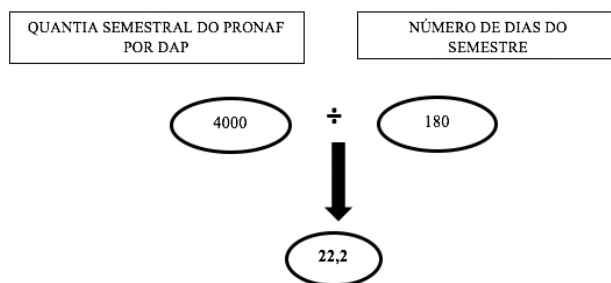
A modalidade⁸ de compras do PAA/Leite é coordenada por convênios com governos estaduais. Na Paraíba, essa “marca” estadual tem o nome de Programa do Leite, em que articulam as seguintes instituições:

DIAGRAMA 1: PROGRAMA DO LEITE NA PARAÍBA (AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO)



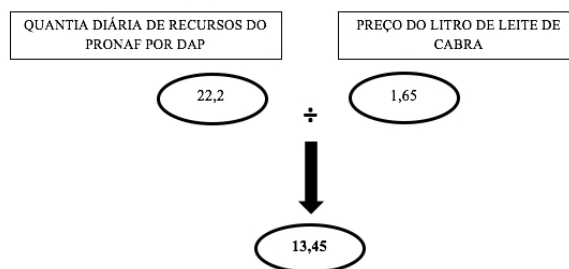
Diferente das demais modalidades do PAA que tem seus limites de compra regulados anualmente, o Comitê Gestor do PAA/Leite (formado não só por membros do MDS, mas também dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, Educação e Fazenda) define um limite semestral para as aquisições junto aos beneficiários produtores (MDS, 2012, p.21). A partir o orçamento semestral do PRONAF por família, o cálculo é feito em duas etapas:

- 1) Divisão da quantia semestral do PRONAF por família cadastrada pelo número de dias por semestre:



Na região do Cariri Paraibano o preço estabelecido pela CONAB⁹ do litro de leite de cabra pasteurizado era de R\$ 1,40 em 2015, mais um abono de 25 centavos subsidiado pelo governo estadual. A partir disso é feita a segunda etapa do cálculo das cotas:

- 2) Divisão da quantia diária de recursos do PRONAF por família cadastrada pelo preço do litro de leite de cabra:



Os 13 litros/dia dão uma estimativa de renda a cada família cadastrada de cerca de R\$ 643, 50 por mês. Após atingir a cota semestral no registro de litros no cadastro da usina, a associação emite um aviso para a direção do Programa do Leite e a DAP da família fica “congelada” para compra de leite, sendo aberta apenas no semestre seguinte.

Sobre essas cotas há fortes críticas que assumem, basicamente, duas tendências de argumentos: uma de caráter técnico e a outra está inscrita no que se pode chamar de um argumento populista que aciona um “regionalismo” ligado ao caprino na Paraíba.

No âmbito do argumento da viabilidade técnica, presidentes de associações de caprinocultores e políticos locais do Cariri parecem ter um consenso de que é preciso “bata-

8 Além do PAA/Leite há as seguintes modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar; Compra com Doação Simultânea; Formação de Estoque para Agricultura Familiar

9 Para consulta : <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaprecopaa.do?method=abrirConsult>.

lhar” junto ao Comitê Gestor do PAA para obter um aumento da cota pelo fato de que, diferente do leite de vaca, a única forma de escoar a produção de leite de cabra está nos programas de compras governamentais. Daí a cota “baixa” é a causa principal de um subaproveitamento da capacidade das usinas e na dificuldade em incentivar os agricultores familiares a investir em melhoramentos na produção (criação de raças leiteiras como Saanen e Toggenburg, técnicas de alimentação balanceada dos animais, formas mais racionais de ordenha) já que no fim a produção esbarra em um teto. Os protestos contra as cotas ocorrem em várias frentes: audiências em Brasília, chamadas na imprensa escrita e nas rádios locais e a elaboração de documentos coletivos chamados de “Cartas do Leite”, assinadas por técnicos, associações e políticos do Cariri que, desde 2005, vêm sendo enviadas aos ministros do MDS. As principais demandas pelas alterações no PAA, principalmente na resolução que a época estabelecia os limites da cota são as seguintes:

1. Diferenciar a política do PAA de estoques estratégicos do leite em relação a outros produtos alimentares. O leite não serve à política de estoques estratégicos visto que necessita ser adquirido diariamente, ser pasteurizado e distribuído imediatamente aos beneficiários consumidores, previamente cadastrados nas cidades contempladas. Assim, não há como igualar o processo de aquisição de leite com os demais produtos e nem tão pouco excluir produtores que atingiram a cota estabelecida, sem levar em conta o compromisso assumido com as comunidades de entregar um volume fixo de leite para atender famílias previamente cadastradas.

2. Alteração na Resolução do Grupo Gestor do PAA para que venha atender a natureza e características da produção leiteira conduzida por produtores familiares de gado bovino e caprino, Adquirir leite junto aos agricultores familiares em cota máxima de até 100 litros/dia, priorizando aqueles produtores que produzam até 50 litros/dia média ano (Carta do Leite, 2005, p.2).

Além das Cartas do Leite, a reivindicação para aumentar as cotas também está em um projeto de lei¹⁰ apresentado em 2014 pelo senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) que pede aumento da cota para 100/litros por dia. Contudo, apesar dessa pressão política, o Grupo Gestor do PAA vem diminuindo as cotas desde 2005 quando se manteve por 17 litros por quase 10 anos até que recentemente, em 2014, baixou pra 13 litros/ dia em razão da variação do preço do litro de leite de cabra estabelecido pela CONAB. Em uma das respostas dadas às reivindicações das Cartas do Leite, a justificativa dos gestores para não atender as demandas são: a de que o PAA não pode ser o único comprador do leite e de que a cota é fundamental para manter ligado ao Programa as famílias e também para efetuar um rodízio para sempre estar incluindo novos agricultores familiares no cadastramento.

Além daquele argumento “anti-cotas” que acusa uma falta de eficiência técnica na gestão do PAA, há uma outra demanda que aciona a visão de que a pecuária caprina tem um potencial regional para o “povo nordestino” que não estaria sendo contemplado pelo Comitê Gestor. É a argumentação de um dos coordenadores do Programa do Leite na Paraíba em entrevista realizada durante a Feira de Agronegócios da Paraíba em 2015:

Valdênio Meneses: O que o Sr. Pensa sobre o valor das cotas do PAA?

Coordenador Programa do Leite da Paraíba: Bem, eu acho o seguinte, aí eu digo com todas as letras porque o PAA Leite ele entrou pelas minhas mãos aqui pelo Estado da Paraíba. Então o que acontece na verdade é que a vida de Brasília ela é estrábica, ela não consegue alcançar, como não consegue prospectar a dimensão da nossa necessidade, nem a importância do PAA Leite para o nosso povo, primeira coisa. Segunda coisa, é que normalmente quem decide, e isso me irrita profundamente, é que quem toma essas decisões na maioria das vezes não tem nem ligação com o campo. Nós temos seis instituições que fazem parte de um conselho de gestor que de-

10 O projeto pode ser lido através do link: www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=154293.

fine essas regras para o PAA Leite. Te digo francamente, que não tem um nordestino, não tem um homem que conheça do tamanho da demanda desses dados, nem a importância disso para o nosso povo (...) Quando o povo que tá perto da gente é alguém de São Paulo ou do Paraná que vai estar definindo a nossa vida, decidindo o que é que vai ser bom ou ruim pra a gente.

Essa visão constrói sobre o caprino uma vocação que reivindica uma cultura regional nordestina, propagada tanto por acadêmicos e literatos e criadores – como Aldomário Rodrigues (2001); João Suassuna (2003); Dantas Vilar (2001) e Ariano Suassuna (2013):

(...) a expressiva integração dos caprinos à vida dos nordestinos, modelou-se uma identidade cultural singular, uma “cultura de bode”, expressa abundantemente na arte popular (xilografuras, artesanato, cordel, etc.), na literatura, na música, na cozinha e no cotidiano do sertanejo. Na cozinha, em especial, devido aos processos migratórios, essa cultura se espalhou pelo País, conquistando os mais refinados gostos e as mais requintadas mesas de diferentes regiões. (Suassuna, 2013, p. 1)

A mescla de um regionalismo literato e econômico foi um forte vetor para que desde o final dos anos 1990 fosse sendo lapidado politicamente o “emblema” desenvolvimentista para a “caprinovinocultura”¹¹ através do chamado Pacto Novo Cariri, encabeçado pelo Sebrae e prefeitos de municípios do Cariri (MENESES, GOMES, 2014). O conjunto desse Pacto também conta com instituições como Banco do Nordeste (BNB), Associação de Municípios do Cariri Paraibano (AMCAP) (2007,2008), cartilhas do Sebrae (2000 , 2000b, 2003, 2006,

2008) e Fundação Banco do Brasil (2010), bem como das iniciativas de políticas ministeriais do governo federal como o PAA, Projeto Dom Helder Câmara, além de ONGs, associações e cooperativas. A criação de eventos turísticos e gastronômicos como Bode Rei, em Cabaceiras, e o Bode na Rua, na cidade de Gurjão, também ajudou a sedimentar uma valorização positiva do caprino.

Fazendo a consulta a alguns dos trabalhos de Sardan (1990, 2001), pode-se perceber que o tom das críticas às cotas do PAA revelam que sobre o caprino na região do Cariri há uma série de construções sociais comuns em projetos de desenvolvimento: primeiro, a predominância de uma linguagem de racionalidade técnica – as cotas são disputadas por terem ou não viabilidade quantitativas ou técnicas. A “linguagem - desenvolvimento” instrumental é uma visão que coloca os agentes de desenvolvimento como mensageiros da ciência e técnica em uma posição de pouca comunicação com o saber-fazer das populações locais, consideradas apenas como receptoras passivas¹² das ações do projeto de desenvolvimento (Sardan, 1995, p. 156).

Uma segunda construção comum é uma idealização dos recursos materiais e projeção de segmentos sociais ditos “populares” que inscrevem um populismo ideológico e miserabilista (Sardan, 1990, p. 484-485). Ao acionar a categoria “povo”, a crença propagada por intelectuais ligados aos sentidos de uma configuração desenvolvimentista para pecuária caprina no Cariri Paraibano um constructo regionalista que contém representações e estereótipos ligados a imagem do caprino, da pobreza e da bravura do “homem sertanejo” que enfrenta a seca¹³ no Nordeste.

11 Trabalhos como o de Gonçalves Junior (2012) e Aldo Nunes (2011, 2014) trazem um quadro sobre as tendências e processos que fizeram com que a pecuária caprina passasse por uma valorização em termos de políticas públicas em todo semiárido nordestino.

12 Esse difusionismo típico de modelos de intervenção do pós-guerra vai ser principal alvo da forte crítica do desconstrucionismo do desenvolvimento, de autores como Arturo Escobar, alinhado com as teorias pós-estruturalistas e pós-coloniais (Carneiro, 2011).

13 Esse populismo ideológico ligado ao caprino tem relação com percepções sociais dos fenômenos das secas e os processos de dominação de elites regionais do Nordeste é tema de uma vasta literatura de trabalhos acadêmicos. A importância desse tema pode ser notada na sua recorrência em trabalhos consagrados de abordagens tão díspares e, pesquisando diferentes contextos históricos, como Oliveira (1977); Burstyn (1985, 2003); Castro (1992) e Albuquerque Jr. (1999).

Caso esse artigo fosse feito tomando como base as críticas técnica e “populista-regional”, as cotas do PAA/Leite dificilmente poderiam ser visualizadas em termos de práticas que aqui são o eixo central: as trocas entre famílias cadastradas no PAA que envolvem um “jogo” entre as cotas do leite. De todos os lados oficiais dos “anti-cotas”, essas estratégias dos beneficiários do PAA são atacadas. Como já visto, do lado da técnica os representantes das associações e cooperativas fazem a acusação de que há “malandragem e falcatura” entre famílias e vizinhos para “colocar leite na cota” dos outros. Para estes não há protesto contra as cotas que não seja intermediado e comunicado pelas associações, das Cartas ao MDS e pelos contatos com políticos. Já do lado “populista ideológico”, o estereótipo do “sertanejo rústico” – defendido em boa parte por intelectuais descendentes de elites pecuaristas – envolve um “manto de couro” que dificulta ver os agricultores familiares dentro do PAA como agentes ativos, estratégicos e dinamizadores de racionalidades e de “usos sociais do caprino”, visando tanto um sistema de trocas e vizinhanças locais como um melhor aproveitamento da produção leiteira dentro das condições impostas pelo Programa do Leite.

Portanto, para fugir tanto ao tecnicismo quanto ao “populismo caprino”, o artigo aciona um outro populismo, este de caráter metodológico: uma aproximação com “o povo” – já que o populismo é parte endêmica de muitas áreas de pesquisa nas ciências sociais – mas a partir de um interacionismo metodologicamente orientado para a diversidade de práticas e lógicas sociais entrelaçadas em um universo que circula o termo desenvolvimento (Sardan, 2001, p. 742). É a partir de certo grau de interação com famílias cadastradas no PAA/Leite no Cariri Paraibano que

podem ser percebidas algumas práticas cotidianas e silenciosas – em relação aos discursos oficiais de valorização da caprinocultura – e a vivência cotidiana de um tipo de “discurso oculto”¹⁴ da parte das famílias cadastradas no PAA. São formas de ação coletiva não declaradas por parte de grupos que são submetidos às regras de uma política de mercados institucionais que indicam distintas classificações sociais da pecuária caprina e um “tesouro escondido” de estratégias que envolvem compartilhamento de animais do rebanho, relações de amizade e parentesco e táticas para permanecer colocando leite nas usinas diante das restrições impostas pelas cotas do Programa do Leite. A fronteira entre ditos e não ditos pode ser demarcada pela diferença de significados e nomenclaturas para a pecuária caprina de “miunça e criação” voltada para poupança e principalmente para ajudar a família ou aqueles mais próximos – e a chamada “caprinocultura”, um nome que é ligado exclusivamente ao melhoramento dos animais e de adoção de técnicas visando a produção de leite e o mercado de compras governamentais. Assim, o caprino sob o Programa do Leite está “enlaçado” em um tenso encontro de lógicas sociais não visível nas críticas populistas e tecnicistas às cotas. A partir de particularidades de quatro famílias de agricultores cadastrados no PAA é possível tentar captar alguns traços da variedade de práticas e usos sociais da pecuária caprina que se movem nos limites das cotas de leite de Programa.

2. “PORQUE TODO MUNDO É FAMÍLIA E VIVE NO SÍTIO”: ‘CRIAÇÃO E MIUNÇA’ E OS PROGRAMAS DO GOVERNO

O Sr. Walter Lima é um jovem “apaixonado” por criar cabras de São Sebastião do Umbuzeiro. Walter divide seu tempo en-

14 Ao debater o tema do populismo, Sardan (1990) elabora um diálogo crítico com a obra de James Scott: para o autor francês a noção de resistência cotidiana segue uma forma particular de populismo ideológico metodologicamente orientado. Sardan (1990, p. 738) critica a maneira como Scott parece perder a realidade das coisas ao assumir uma visão politicamente encantada de que toda prática “oculta” dos pobres – principalmente dos camponeses – é uma resistência e uma economia moral própria de sobrevivência. Ao exaltar essas práticas como resistências cotidianas, Sardan (1990) aponta o risco de um aprisionamento das interações sociais o que dificulta, por exemplo, refletir sobre a heterogeneidade e o entrelaçamento de universos sociais da arena desenvolvimentista.

tre a esposa e uma filha na residência na área urbana do município e as idas ao amanhecer ao sítio Colina do Meio, que possui cerca de 25 hectares pertencentes ao seu pai, Nelson Lima. Walter nasceu e morou no Colina do Meio até os 8 anos: daí explica seu aprendizado de agricultor quando ajudava o pai na plantação de milho, feijão e também na “criação” dos bodes. Walter fala que desde o tempo do seu avô eles tinham “criação”, mas que não era voltado para produzir leite. “O povo tinha preconceito com o cheiro do leite das cabras e no máximo usava pra complementar um queijo”. Os bodes, cabras e ovelhas na propriedade antes do Programa do Leite eram exclusivamente para abate e para fazer a “poupança”: para presentear algum vizinho ou parente e abater o animal para alguma comemoração ou até como meio de venda ou troca para alguma urgência financeira da família. Mas, segundo ele, “dinheiro mesmo grande era quem mexia com boi”. Walter lembra que ainda adolescente, em 2000, começou a acompanhar palestras organizadas pelo Banco do Nordeste e um projeto do Sebrae na cidade de Monteiro-PB. Ali ele ficou encantado com o potencial do que chama de “caprinovinocultura” e passou a se informar mesmo “por conta própria” sobre como criar cabras com aptidão leiteira, daí que adquiriu paixão pelo tema. É assinante da Revista “O Berro”, especializada em caprinos e também recebe periódicos do Sebrae. Walter também chegou a fazer o curso para trabalhar com assistência técnica para caprinovinocultura, o Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), mas não chegou a concluir. Hoje com 25 anos, Walter exibe com orgulho o rebanho de 60 animais das raças *Saanen* e *Toggemburg* e afirma que “até já deram contato do SEBRAE lá pro Globo Rural pra um dia vir aqui mostrar minhas cabras”. Walter possui também três reprodutores da raça *Saanen* e diz tomar cuidado para deixá-los separados das cabras em época de lactação para que não tentem “cruzar” e afetem no leite. A retirada do leite das cabras é feita através de uma sala de ordenha de cimento que foi construída com recursos de crédito do Pronaf

B (Agroamigo) em 2010. Para alimentação das cabras, Walter e o pai plantam meio hectare de raquetes de palma – mantendo os cuidados para não pegar a praga da cochonilha - e também fazem forragem para períodos de estiagem. Mesmo com o crédito ele diz que precisa comprar ração “por fora”. Walter explica que devido a esses gastos para alimentar os animais é impossível seguir a risca a cota de leite – que à época da entrevista que fiz com ele estava em 17 litros/dia - e, assim, me explica como faz pra colocar o leite “em nome do pai”:

Walter – Desde que eu comecei na atividade do leite sempre tem essa história que vai aumentar a cota (...) por que qual é o produtor hoje qual pessoa que sobrevive com 17 litros de leite por dia? Você pega isso aí e multiplica por 1,40 vai dar (...) vamos botar 25 reais por dia(...) quando não tem atraso, né? (...) ai hoje uma diária pra você trabalhar em qualquer canto é 30, 35 e você vai sobreviver com 25 que é a cota que eles estipulam? (...) Ai o animal não come? Você não gasta com energia na propriedade? Tudo quando você vem tirar fica com quase nada (...) o custo de produção (...)

Valdênio Meneses - Ai como vocês agem em torno desse limite?

Walter- É (...) a tática é a seguinte (...) todo mundo faz (...) no meu caso eu tenho a minha DAP e meu pai tem a dele (...) eu boto leite no nome de pai também (...) por que eu não vou ficar com 13 litros de leite por dia (...) se pegar uma cabra boa ela produz 5 litros e já pega parte dessa cota (...) o governo já da essa brecha pra pegar o pessoal da família e juntar ajeitar a DAP bota o leite no nome de fulano (...) todo mundo é produtor (...) o ruim é quando você coloca no nome de alguém que não tem nada a ver com a produção que mora na rua (...) mas todo mundo é família e vive no sítio e na propriedade (...) todo mundo faz isso (...) esse esquema (...) esquema não é um jogo né? (...) ai em qualquer atividade você quer crescer, né? Ai na atividade do leite hoje o governo quer que você fique ali preso (...) preso a ele, né? Ai tem essa brecha aí.

Diferente de Walter Lima, o Sr. Naldo Chaves, também de São Sebastião do Umbuzeiro, admite com desconforto que “usa a DAP” que está no nome de seu filho que estuda na cidade de Monteiro para colocar mais leite na usina. Um pouco incomodado ele afirma para mim: “falar a verdade, meu filho, eu coloco leite na clandestinidade, sei que é errado mas fica difícil com essa cota”. Naldo Chaves possui 62 anos e tem o apelido de “Naldo de Pedro” em memória do seu pai Pedro Chaves que foi um comerciante de algodão e proprietário de muitas terras no entorno de São Sebastião de Umbuzeiro entre as décadas de 1940-1950. Quando Pedro Chaves morreu, suas terras foram bastante divididas entre os vários filhos que teve com suas duas esposas. Naldo fazia parte dessa segunda prole e recebeu o Sítio Barra onde já trabalhava de vaqueiro durante muitos anos a serviço do pai. Também herdou a prática de criar animais de “raça nativa” (Moxotó) do Cariri; a “miunça”, como ele chama os caprinos:

Valdênio Meneses: O que é a miunça?

Naldo Chaves - tem a miunça que é a criação de bode, cabra ovelha, né? Isso de caprinovinocultura e do leite vieram falar agora faz pouco tempo (...) com o pessoal do Sebrae e das associações (...) antigamente no meu tempo de vaqueiro num tinha nem isso de comprar ração pra cabra de leite”

O Sr. Naldo adere à “caprinovinocultura” em 2005, quando se associa e cadastra na usina de leite de cabra de São Sebastião do Umbuzeiro. Antes ele admite que usasse pequenas quantidades de leite de origem caprina para misturar com o de vaca para fazer queijo, mas que não utilizava para vender. Naldo explica que faz vendas e trocas do seu rebanho junto com o filho que deixa o pai como principal responsável para cuidar do rebanho pois

diz que não tem tempo e que não “entende dessas coisas”. Apesar de reconhecer a importância do programa do leite, o Sr. Naldo diz que está pensando em parar de produzir leite de cabra devido a algumas dívidas que vinha adquirindo com a ração dos animais e também devido aos atrasos do Programa do Leite no pagamento mensal. Naldo também reclama das brigas e “politicagens” dentro das associações de caprinocultores¹⁵.

A Sra. Márcia de Souza e seu marido João de Souza moram em uma propriedade de cerca de 15 hectares que fazia parte de uma antiga área de loteamentos do DNOCS chamada de Terra Vermelha na zona rural da cidade de Sumé. É no nome de Márcia que é cadastrado a DAP pra colocar leite na “usina” pra receber o leite e também é ela a responsável pelo “benefício” do Bolsa Família que recebe através do filho de 8 anos que é matriculado em uma escola de ensino fundamental em Sumé. Márcia fala que com “muito serviço” consegue alguns ganhos com a venda de outras criações no sítio (galinhas e ovelhas) mas que na parte do leite quem cuida hoje é o marido. No fim da década de 1990 João migrou para a cidade de São Paulo onde trabalhou como segurança no prédio de uma emissora de TV. Em 2006, João retornou a Paraíba e veio morar numa área vizinha a seu irmão Felipe Souza que, além de ceder parte da propriedade, o estimulou a entrar no PAA, compartilhando algumas cabras do rebanho. João afirma que antes do PAA já sabia um pouco de “criação”, vendia na feira pra “segurar pra uma precisão” como fazia seus pais quando moravam na zona rural do município de Prata, vizinho a Sumé. Mas o leite é novidade:

João de Souza: (...) o negócio de criar “cabras de leite”, “a tal da caprinovinocultura” só veio mais recente após os trabalhos do Sebrae e do Programa do Leite, Proje-

15 Em pesquisa de mestrado, foi percebido como esse termo “politicagem” é acionado para falar de conflitos nas associações e usinas de leite de cabra do Cariri (Monteiro, Sumé, São Sebastião do Umbuzeiro). De uma forma geral o associativismo e a caprinocultura no Cariri tem seus espaços de mobilização bastante disputados e demarcados pela ação de grupos políticos e famílias que rivalizam no cenário político-eleitoral dos municípios. O caso de Sumé é bastante ilustrativo dessa dimensão política do associativismo e da caprinocultura leiteira: a usina de beneficiamento foi construída dentro da fazenda de que pertence ao deputado estadual Franciso de Assis Quintans. (Meneses, 2014)

to Dom Helder. Criar cabra “pra leite” era negócio de “mulher” já que se dizia que só “menino novo” tomava o negócio, pois era bom “pros ossos”.

Após entrar na associação local de caprinocultores, João adquiriu outras cabras matrizes da raça *Saanen* junto a financiamentos da Fundação Banco do Brasil. Ele alega que no início perdeu algumas cabras doentes e que, depois disso, não seguiu todas as orientações técnicas dos ADRS, utilizando de práticas extensivas para alimentar os animais. Apesar desses problemas com a “adaptação” das cabras, João afirma que a entrada no Programa do Leite traz uma renda importante para suprir necessidades básicas da família: Sua esposa

Na cidade de Amparo, o caprinocultor Francisco Santos, solteiro, mora com um irmão nas proximidades da usina de leite que fica no Condomínio Agroindustrial (CAA), o que permite que ele mesmo deixe o leite de cabra na usina usando sua motocicleta, sem necessidade de pagar a um atravessador. É também com a moto que Francisco vai a feira da cidade de Sumé para “negociar” animais para abate. Lá ele dialoga comigo sempre elogiando Programa do Leite (do qual é cadastrado desde 2005) por considerar uma forma “segura” para vender o leite de cabra. Afirma que antes criava caprinos apenas para “vender na feira” e abate, mas com o estímulo do irmão e da associação do Condomínio:

Francisco- Meu irmão tem uma casa dele mas como a gente trabalha junto fica muito tempo na mesma casa (...) a gente recebe pelo banco (...) tem os cartão e as conta de cada um (...) divide os gastos com ração (...) isso auxiliou em problemas na capacidade pra gente vender o leite.

Francisco afirma que divide com o irmão uma propriedade de cerca de 70 hectares com um rebanho de 60 animais, sendo que 18 são cabras leiteiras. Essa “parceria” com o rebanho do irmão também ajuda em uma espé-

cie de “rodízio” de animais para quando algumas fêmeas estiverem em fase inicial de lactação, quando a produção de leite fica limitada. Segundo Francisco, produzir em “consórcio” com o irmão ajudou a resolver um problema de “tempo” e de “limitação” do leite na usina, além dos cuidados na ordenha e no plantio de suporte forrageiro (soja e palma) para nutrição dos animais. Francisco afirma que mesmo com um curral rústico em “chão de terra” e sem sala de ordenha tem todo cuidado de separar as cabras do rebanho no momento de ordenha-las. Ele afirma seguir a risca as instruções passadas pelos técnicos ADRs do Sebrae nas reuniões da associação.

3. ENTRELAÇAMENTOS DE LÓGICAS SOCIAIS NA PECUÁRIA CAPRINA

Ao analisar as singularidades dos quatro exemplos citados pode-se perceber como as famílias cadastradas no PAA efetuam um intenso fluxo de trocas seja de informações técnicas acerca do funcionamento do Programa do Leite, manejo das cabras leiteiras, favores entre parentes, de caprinos e de recursos como a terra. Diante de uma heterogeneidade de valores e práticas sociais é possível delimitar traços comuns que envolvem relações sociais deslegitimadas nas imagens e crenças da propaganda institucional ligada ao Programa do Leite mas que, ao mesmo tempo, entrecruzam com o desenho burocrático desse tipo de política de mercados institucionais. Há um entrelaçamento de lógicas sociais que toca em, pelo menos, dois “pontos” nodais:

A) *Declaração de Aptidão (DAP) e família*: a declaração que dá entrada no PRO-NAF e Programa do Leite é um interessante meio para que, dentro de uma lógica burocrática e técnica, sejam dinamizados valores e coletividades ligadas a família e vizinhança. Este documento é referenciado, segundo capítulo 10/ seção 2 do Manual de Crédito Rural¹⁶ não por produtor individual mas pelo conjunto da

16 Para ver o Manual de Crédito Rural na íntegra: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/>.

unidade familiar (núcleo e agregados) que explora um estabelecimento rural. Esses critérios permitem que a Declaração seja emitida tanto para solteiros como para formas de família que vão além de um núcleo (pai, mãe, filho) e que tem agregados parentes (irmãos, primos etc.) que moram e trabalham juntos numa terra. O arranjo de regras, como afirma o Sr. Walter Lima é a “brecha” que permite uma combinação que potencializa um conjunto de práticas que circulam em uma tensa e fluida fronteira valorativa entre o código de parentesco e o código normativo de políticas como Pronaf e o PAA. Sob a aparente rigidez técnica e jurídica das normas de uma política de compras governamentais há um rearranjo da ordem moral baseada em reciprocidades e valores que se movem na “trindade” família, trabalho e terra. E um movimento cíclico: usa-se das DAPs dentro do PAA para “ajudar a família” assim como as relações de parentesco são fundamentais para que haja uma produção de leite que continue a abastecer as usinas. Há uma convivência, não sem tensões e contradições, entre concepções morais de parentesco e racionalidades voltadas para o mercado de compras governamentais. Daí que é importante para entender mais a fundo esse “encontro” de lógicas sociais – família e mercados institucionais - e estratégias econômicas dentro do Programa do Leite revisitar alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos que mostram o quão variáveis podem ser as dimensões e ordens sociais implicadas na aproximação de formas de reciprocidade da família, trabalho e terra diante de relações com mercado, políticas públicas e transformações sociais no meio rural – tema comum que atravessa, guardadas suas especificidades e diferenças, as análises de Klaas Woortman (1990) ; Afrânio Garcia Jr.(1983); Beatriz Heredia (1979) e Sabourin (2011).

B) *Caprinocultura e a “miunça e criação” como palavras para circulação social:* o sistema de normas para compras governamentais estabelecido pelo Programa do Leite é um dos fatores para um redesenho do fluxo de reciprocidades e favores locais em que o caprino é um meio de troca. A diferença dos nomes

“miunça” e “caprinocultura” não é o acaso: mais do que um simples recurso gramatical ou linguístico, nomear algo é uma operação classificadora que se inscreve em categorias que definem um poder simbólico “por onde se atualizam relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos” (Bourdieu, 2008, p. 25).

O caprino – nomeado de “miunça ou criação” - é vetor de trocas sociais e reserva econômica e social pra “precisões” e “ajudas” que podem não ser necessariamente monetárias ou voltadas totalmente para o mercado do PAA/Leite. Pode-se dizer que se não há uma negação, também não há uma adesão completa aquela lógica da chamada “caprinovinocultura” propagada pelo Sebrae (2003) que busca na pecuária um empreendedorismo voltado exclusivamente para eficiência das relações mercantis e monetarizadas. Isso mostra que os beneficiários do PAA não são receptores passivos e “vazios” de percepções e categorias sociais com “debilidades peculiares” que é a visão dita nos cursos de capacitação do próprio Sebrae (2003, p. 8). Nessa pecuária caprina que praticam, antes de chegar o ideário da “caprinovinocultura”, há uma “economia moral” da família e a criação de pequenos ruminantes similar aquelas notadas na literatura de estudos sobre formas de organização familiares do trabalho e da terra na região Nordeste nas suas inúmeras variações entre sitiantes, camponeses, posseiros etc. Em pesquisa no Sergipe na década de 1980, Ellen Woortman (1981, p.143-144) nota que a chamada “criação” – palavra que abrange, galinhas, porcos, cabras e ovelhas – é uma atividade bastante acionada diante da pressão fundiária dos grandes pecuaristas de gado sobre a terra de pequenos produtores. Também é essa tendência que mostram os trabalhos de Carvalho de Moraes (2009) com a “miunça” na solta combinada a uma “agricultura de aprovisionamentos – feijão, milho, arroz e frutas nativas – “encurralada” nas áreas de chapada pelos avanços da agricultura mecanizada de exportação no cerrado piauiense. Também no sertão do Piauí, Godoi (2009, p. 296) analisando a circulação de crianças entre famílias

constata que os chamados “filhos de criação” – não consanguíneos – apesar de não herdarem direitos sobre a terra recebem, assim como todo filho, uma dádiva, a “semente de gado”, um “cabritinho” que marca a incorporação a uma nova família.

No caso do Cariri Paraibano – área que desde as narrativas históricas de ocupação da terra por parte das elites e das igrejas desde o século XIX¹⁷ falam na presença de cabras e bodes - a pecuária caprina também marca situações de vivência em família e vizinhança. E isso não “desapareceu” e nem está sendo substituído completamente pelo advento de inovações técnicas da caprinovinocultura na última década no Cariri. Há cruzamentos, sobreposições, entrelaçamentos e reelaborações naquelas práticas e classificações sociais que foram herdadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a intenção do artigo não seja avaliar¹⁸ a eficiência ou apontar falhas do PAA, os dados discutidos, a título de conclusão, podem ser base para algumas proposições normativas para dinamizar o desenho institucional do Programa do Leite de modo a considerar a heterogeneidade e diversidade das práticas e representações sociais. Primeiro seria significativo especificar linhas de compra do leite do PAA: diferenciar o regulamento e as cotas-limite para os produtos de origem bovina e caprina. O regulamento de uma linha “PAA-Leite de Cabra” e o cálculo de suas cotas deve levar em consideração, além dos valores do PRONAF, as fases de lactação dos animais; a produção média de leite na região do Cariri (e em outras bacias leiteiras desse tipo na área de atuação do PAA/Leite como na Bahia e Minas Gerais) e principalmente as estratégias econômicas e sociais das famílias cadastradas.

A elaboração de uma cota especificamente para o leite de cabra deve ser feita como medida para dar legitimidade das estratégias das famílias cadastradas pelo PAA. Tanto o Comitê Gestor do PAA como os gestores das usinas e presidentes das associações devem reconhecer que dentro das limitações das cotas as práticas de “usar a DAP do vizinho ou parente” são lógicas de reciprocidade de produtores do PAA que não são ilegais nem nenhum “crime” e efetivamente são fundamentais para manter o estoque de abastecimento e distribuição para os beneficiários consumidores do PAA. Os protestos em torno dos 13 litros/dia da cota não devem apenas ter como objetivo a diversificação do mercado consumidor para o leite de cabra e a entrada de médios e grandes produtores no Programa. Também devem ser contempladas por parte das associações as formas de mobilização próprias das famílias cadastradas. Os sistemas de reciprocidade local e de parentesco que atravessam uma política de mercados como PAA, não devem ser negligenciados assim como as formas percepção e vivência das famílias cadastradas.

Assim, é importante sair do lugar comum que repudia qualquer mobilização coletivas dos agricultores familiares que não façam parte do modelo associativo que erroneamente se baseia na imagem negativa de que o “agricultor não se mobiliza” e que “necessita” de um aprendizado do associativismo para superar debilidades peculiares (Sebrae, 2003, p.7). Ao contrário disso, os segmentos cadastrados no PAA possuem esquemas de ação coletiva que mobilizam através da pecuária caprina suas categorias, cálculos, estratégias econômicas e sociais que merecem ser reconhecidas como legítimas até para um melhor aproveitamento das potencialidades do Programa do Leite.

Recebido em: 05/03/2015

Aprovado em: 11/05/2015

17 Rietveld (1999) aponta que disputas por causa de limites de terras e “invasão de caprinos” foram motivo de rixas entre famílias Neves e Souza Lima na segunda metade do século XIX.

18 Esse tipo de avaliação pode ser encontrado nos seguintes trabalhos: Delgado (2005) Duque (2007); Chmielewska e Souza (2010) e Grisa et al. (2011). Para uma análise da constituição de mercados institucionais ver Wilkinson (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes, 5 ed. São Paulo, Cortez, 1999.
- AMCAP, Revista AMCAP “ Com a força da união”. Edição Especial, 2005.
- _____. Revista AMCAP “ A força do trabalho”. 2ª Edição, 2006
- _____. Revista AMCAP “ No rumo do desenvolvimento”. 4ª Edição, 2008
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar o que dizer. 2ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008
- BURSTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1985.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. Sociologia e Antropologia. V.02:04, 2012, p. 129-158
- CASTRO, Iná. Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- CHMIELEWSKA, Danuta ; SOUZA, Danuza. Market alternatives for smallholder farmers in food security initiatives: lessons from the brazilian food acquisition programme . International Policy Centre For Initiative Growth, N;64, June, 2010
- DELGADO, Guilherme.; CONCEIÇÃO, Junia Cristina ; OLIVEIRA, Jader. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Ipea: texto para discussão N° 1145, 2005, p. 1-26.
- DUQUE, Ghislaine. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA/Leite no Estado da Paraíba. Relatório de pesquisa. 2007
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL/IICA. Desenvolvimento Regional Sustentável: reflexões sobre a experiência do Banco do Brasil. Recife/Brasília, 2008
- GARCIA JR. Afrânio Raul. Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores, Paz e Terra, 1983.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2009
- GODOI, Emilia Pietrafesa Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: GODOI, Emilia Pietrafesa ; MENEZES, Marilda .; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v;2, estratégias de reprodução social . São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 289- 302
- GOMES, Ramonildes; MENESES, Valdênio. As políticas públicas de incentivo a ‘(re)pecuarização’ no semi-árido nordestino’: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), Porto de Galinhas – PE, 2010.
- GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Entre nativos e exóticos: a mestiçagem na construção de uma nova identidade na caprinovinocultura dos sertões. Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 2, 2012, p. 89 – 117.
- GRISA, Catia ; SCHMIDTT, Claudia Job ; MATTEI, Lauro Francisco.; MALUF, Renato ; LEITE, Sérgio Pereira. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para agricultura familiar. Agriculturas. V.8 n.3, setembro de 2011.
- HEREDIA, Beatriz. A morada da vida. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1979;
- IBGE. Censo Agropecuário (2006) Disponível em: < www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: out. 2015.
- MDS (2012). Programa de Aquisição de Alimentos: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: out. 2015.
- MENESES, Valdênio. Associativismo e caprinocultura : políticas públicas e “politicagem”

- no cariri paraibano / Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- PPGCS, UFCG, Campina Grande, 2014.
- MENESES, Valdênio e GOMES, Ramonildes Alves. Mediação Social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no Cariri Paraibano. In: NEVES, Delma Pessanha .; GOMES, Ramonildes Alves.; LEAL, Pedro Fonseca. (Orgs.) Quadros institucionais em políticas públicas. Campina Grande, Eduepb, 2014, p. 27-59.
- MORAES, Maria Dione. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. GODOI, Emilia Pietrafesa ; MENEZES, Marilda .; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v;2, estratégias de reprodução social . São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 131-162.
- NUNES, Aldo Manuel. A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE) . Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande Campina Grande-PB: UFCG, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamentos e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL (1975-2012). Sistema SIDRA IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acer-vo/acervo9.asp?e=c&p=PP&z=t&o=24>>. Acesso em: out. 2015.
- RODRIGUES, Aldomário. Cabra: estrela de uma nova constelação econômica? In: BATISTA FILHO, Malaquias. (Org.) Viabilização do semiárido nordestino. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Recife, IMIP, 2001.
- O GLOBO, 14/11/2012: Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/nem-leite-das-criancas-escapa-das-fraudes-contra-programas-sociais-6632025>>. Acesso em: out. 2015.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania, 2 Ed. São Paulo, Editora UNESP, 2014.
- RIETVIELD, João Jorge. Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro. João Pessoa: Imprell, 1999
- SABOURIN, Eric. Camponeses no Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade. Porto Alegre: UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011.
- SARDAN, Jean Pierre Olivier de. O. Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social, Paris, Éditions Karthala, 1995.
- _____. Populisme développementiste et populisme em sciences sociales: ideologie, action, connaissance. In: Cahiers d'études africaines, v. 30, n. 120, 1990, p. 475-492.
- _____. Les trois approches em anthropologie du développement. In: Tiers-Monde, 2001, tome 42 n° 168, p. 729-754.
- SCOTT, James. Los dominados y el arte de la resistencia. México, Ediciones Era, 1990.
- SEBRAE. Jornal Bolsa de Negócios. Ano III, nº14, SEBRAE Paraíba, 1999.
- _____. O agronegócio da caprinocultura nos Cariris Paraibanos, Sebrae Paraíba, João Pessoa, 2000.
- _____. Cartilha do caprinocultor. João Pessoa, 2000b.
- _____. Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura. Sebrae Paraíba, João Pessoa, 2003.
- _____. Agronegócios N° 4, Dezembro de 2006.
- _____. Agronegócios , N°6 , Outubro de 2007.
- _____. Desenvolvimento Local: como fazer? SEBRAE, Brasília-DF 16, 2008.
- SUASSUNA, Ariano.. (2013) A epopeia das cabras valentes na terra Brasil.. Disponível em <<http://www.revistaberro.com.br/?materias/ler,2050>><http://www.revistaberro.com.br/?materias/ler,2050>>. Acesso em: jun. 2015.

SUASSUNA, João. (2003) Caprinos: uma pecuária necessária para o semiárido. Disponível em < http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=629&Itemid=376 > Acesso em fevereiro de 2015

VILAR FILHO, Manuel Dantas. Secas e ciclos secos e o sertão frugal e verdadeiro- Crônica de uma convicção In: (Org.) BATISTA FILHO, Malaquias. Recife, IMIP, 2001, p. 43- 58.

WILKINSON, John. Mercados, Redes e Valores. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

WOORTMAN, Ellen. Sitiantes e Roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 1981.

WOORTMAN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. UNB/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Carta do Leite, 08 de junho de 2005.

Manual do Crédito Rural (MCR). Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>> Acesso em outubro de 2015

Resoluções do Grupo Gestor do PAA: Disponível em <http://www.mds.gov.br/seguranca-alimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupo-gestor>. Acesso em outubro de 2015

Tabela do preço do litro de leite de cabra pasteurizado na CONAB: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaprecopaa.do?method=abrirConsult> Acesso em Outubro de 2015

Projeto de lei no senado para aumento das cotas de leite de cabra no PAA: Disponível em www.senado.gov.br/atividade/materia/get-Texto.asp?t=154293 Acesso em outubro de 2015.